

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# **G** BOLETIM GOIANO. *de* eografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

---

VOL. 16 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1996

# O SUPRANACIONALISMO FINANCEIRO PRIVADO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Carlos Alberto Franco da Silva\*

## RESUMO

O presente artigo focaliza a ação de um dos principais agentes de reorganização espacial do capitalismo moderno: as corporações financeiras internacionais. O objetivo central é tornar inteligíveis as repercussões espaciais do processo de globalização financeira, a partir da expansão do mercado de 'eurodólar'. Acresce-se aí a análise do sistema financeiro do contexto da compressão espaço-tempo.

---

## 1. – INTRODUÇÃO

Na primeira metade da década de 1970 – quando tivemos o fim dos acordos de Bretton Woods, início da flutuação do dólar e ascensão da OPEP –, a economia mundial tornou-se transnacional. Novos agentes financeiros internacionais passaram a dominar, controlar e influenciar as economias internas das nações.

Vivencia-se hoje a globalização financeira. A economia transnacional é moldada basicamente por fluxos de capital e não pelo comércio de bens e serviços. Esses fluxos de capital-dinheiro têm sua

---

\* Professor Assistente do Depto. de Geografia da U.F.F.

própria dinâmica. As políticas monetárias e fiscais dos Estados soberanos reagem à insegurança dos mercados financeiros ao invés de determiná-los. Os fluxos de capital, crédito e investimentos são autônomos, controlados principalmente pelos bancos supranacionais. Baseada na revolução nas comunicações e da informática, a dinâmica desses bancos desconhece as fronteiras nacionais. Os bancos transcenderam a geografia dos Estados. No movimento de globalização financeira, o poder dos bancos desafia o Estado, enquanto única escala de poder, e coloca em questão a presença ou ausência do sistema interestadado.

É a partir dessas considerações iniciais que se coloca o escopo desse trabalho: resgatar os aspectos de geografia política que envolvem os bancos supranacionais. Esses bancos têm sido o elemento-chefe da economia transnacional a partir do desenvolvimento nos transportes e nas comunicações. Isso permitiu que um espaço de fluxos financeiros e de decisões se sobrepujasse aos espaços dos lugares. Destarte, uma análise geográfica da origem dos bancos supranacionais, no contexto da expansão do mercado de eurodólar, possibilita-nos ao mesmo tempo ter uma visão econômica e espacial do papel dos bancos no fenômeno da integração financeira internacional e da subsequente fragilidade do Estado diante desse processo.

A importância do trabalho reside no fato de que, a despeito de a ciência geográfica ter avançado na análise de diversos fenômenos sócio-espaciais, a atividade financeira tem sido muito pouco estudada por geógrafos brasileiros. Apesar de não ser uma preferência vocacional dos geógrafos, a problemática da globalização financeira torna-se pertinente, já que os fluxos de capital têm papel determinante na desconstrução e reconstrução de territórios. Em poucas palavras, a problemática do trabalho reside em tornar inteligíveis as repercussões espaciais e políticas do processo de globalização sob a égide dos bancos supranacionais.

A partir da problemática proposta, colocam-se duas questões que nos propomos a discutir: Qual é a origem do mercado de eurodólar e do supranacionalismo financeiro privado? Qual é a dinâmica dos bancos supranacionais no contexto da compressão espaço-tempo? Para o alcance do objetivo proposto e das subseqüentes respostas a questões formuladas, este trabalho divide-se em duas partes.

Na primeira parte, resgataremos o nascimento do mercado de eurodólar e a subsequente expansão dos bancos supranacionais. Em seguida, avaliaremos o supranacionalismo privado no contexto da modernidade. Na segunda parte, serão realizadas as considerações finais referentes ao trabalho.

## **2. – O NASCIMENTO DO DINHEIRO APÁTRIDA E DOS BANCOS SUPRANACIONAIS**

Uma característica notável das décadas de 70 e 80 foi a internacionalização do setor bancário comercial privado. Considerados como um grupo, os principais bancos comerciais americanos, europeus e japoneses instalaram várias sucursais no exterior. Duas importantes mudanças ocorridas nos anos 70 impuseram a consolidação de um supranacionalismo financeiro privado. A primeira foi a decisão de liberar o sistema monetário internacional a partir do colapso dos acordos de Bretton Woods assinados no pós-guerra. A segunda foi a revolução nas telecomunicações e na informática que transformou a natureza das operações bancárias e do dinheiro.

A expansão dos sistemas bancários supranacionais esteve intimamente relacionada com a expansão do mercado do eurodólar. A característica que define esse mercado é que os depósitos são denominados numa moeda que não a do país em que o depósito foi feito: depósitos denominados em dólares em Londres ou depósitos em marcos em Tóquio (Dueseberry et al., 1993, p. 171). Esse tipo de dinheiro apátrida é controlado unicamente por interesses bancários privados, sujeitos a pouca fiscalização ou regulamentação, seja por parte do governo dos EUA, seja por qualquer outra autoridade internacional.

As origens dos eurodólares remontam aos anos 50, no início da Guerra Fria. Após a Revolução Chinesa de 1949, os chineses, temerosos de os EUA congelarem suas contas em poder de bancos americanos, transferem seus depósitos em dólares para um banco russo em Paris, o Banque Commerciale pour L'Europe du Nord. Por outro lado, os russos, preocupados com seus haveres em dólares, procuraram transferir seus depósitos para algum lugar que não fossem os EUA. Assim, a Rússia

transferiu os seus dólares para a sucursal de um banco russo em Londres: o Moscow Narodny Bank. Nessa época a City de Londres era um enclave financeiro autônomo que oferecia sigilo bancário e proteção contra incursões que ameaçassem a viabilidade das contas bancárias.

Enquanto o sistema de Bretton Woods funcionou normalmente, a atividade bancária em eurodólar era mínima. Somente a partir dos anos 70, com o fim dos acordos de Bretton Woods e a ascensão da OPEP, o sistema financeiro internacional evidenciou uma participação madura do mercado de eurodólar. Com efeito, a nova ordem monetária emergente tornou-se isenta de qualquer regulamentação. Ademais, os excedentes em dólares obtidos pelos membros da OPEP se constituíram em depósitos de eurodólares, i.e., petrodólares.

Entretanto, o surgimento de um supranacionalismo financeiro foi ajudado e instigado pela revolução da informática e das comunicações. De acordo com o *Economist* (24 de março de 1984, p. 10),

a revolução tecnológica das comunicações reduziu o tempo entre as operações e permitiu que as empresas financeiras supranacionais levassem suas transações monetárias a praticamente todos os cantos da terra. O sol nunca se põe nesses impérios de negócios financeiros. Países de todos os fusos horários do planeta surgem, vez por outra, na telinha do computador.

Embora fosse uma bênção para bancos supranacionais a enxurrada de petrodólares em suas sucursais extraterritoriais, surgiu um problema curioso: a dificuldade de reciclagem do dinheiro acumulado. Em meio à recessão mundial, as multinacionais diminuíram seus investimentos e, conseqüentemente, tomaram menos empréstimos. Todavia, mesmo sem recessão, as multinacionais não poderiam absorver tamanha quantidade de eurodólar. Com efeito, uma das soluções encontradas pelos bancos foi empurrar dinheiro aos países do Terceiro Mundo que dispunham de capacidade creditícia, como Brasil, México e outros. Enfim, eis aí o primeiro grande surto de reciclagem e circulação de um dinheiro desvinculado de uma seqüência produtiva e servindo basicamente à especulação e ao endividamento dos países pobres.

A reciclagem dos petrodólares nos anos 70 veio a se transformar na crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo nos anos 80. Com efeito, entrou em cena o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na verdade, o FMI serve como testa-de-ferro dos bancos privados junto aos países devedores. Oferece-se para emprestar dinheiro ao devedor de modo que este consiga empréstimos maiores junto aos bancos. Em troca, o país devedor se submete à política econômica ditada pelo Fundo. Observa-se que os bancos supranacionais utilizam o FMI como um auditor que analisa as contas de uma nação e impõe políticas que garantam o pagamento da dívida e a reciclagem do dinheiro em poder dos banqueiros privados internacionais (Kasznar, 1990, p. 81).

A imbricação entre o banco supranacional e as agências do sistema monetário internacional (FMI e Banco Mundial) se manifesta de forma ativa em todos os lugares selecionados pelo capital. Funciona como um poder global que decide e impõe novas regras às sociedades nacionais. Agiliza e generaliza o processo de desterritorialização do capital, dando-lhe uma forma mais geral e abstrata. Para Ianni (1992, p. 134) esses organismos multilaterais “concretizam-se como instituições mundiais na medida em que formalizam as condições sob as quais o capital em geral se movimenta e se reproduz, absorvendo as outras formas”. Cabe acrescentar, entretanto, que a volatilidade e a autonomia adquiridas pelo dinheiro em poder dos bancos supranacionais, num contexto de alta competitividade, têm a crise da dívida global como um instrumento geopolítico. Os Estados-nações têm perdido o controle sobre os fluxos de capital e, por outro lado, suas políticas monetárias ficam submetidas à lógica dos bancos supranacionais. O resultado da geopolítica da dívida são os intensos conflitos entre os bancos e os Estados, já que a solução dessa crise não é meramente econômica, mas também política.

Em suma, no espaço financeiro e monetário controlado pelos bancos supranacionais, os governos comandam cada vez menos os fluxos transfronteiras do capital-dinheiro. Para tanto, o banco, ao desejar ampliar seu território não contíguo e articulado em redes de escopo internacional, encontrou nos enclaves financeiros extraterritoriais uma estratégia geopolítica de reciclagem dos eurodólares fora do alcance político dos

governos nacionais, alcance este limitado pelas fronteiras geográficas específicas. Vejamos a seguir qual o significado desses enclaves.

## 2.1 – Os Enclaves Extraterritoriais dos Bancos Supranacionais

O Panamá, as Bahamas, as Ilhas Cayman, Hong Kong e Cingapura passaram a constituir nos anos 70 lugares de recebimento fictício de petrodólares dos bancos supranacionais. Fictício porque o dinheiro nunca esteve depositado nesses paraísos fiscais. Surgia apenas como lançamento contábil no computador da matriz dos bancos americanos e europeus.

A formação desses enclaves financeiros era fruto da estratégia dos bancos supranacionais de evitar qualquer tipo de vulnerabilidade dos excedentes em petrodólares. Os bancos privados evitavam impostos e regulamentos governamentais que inibissem o potencial de lucros. Até os anos 60, a City de Londres era o enclave privilegiado para transações em eurodólares, tornando-se a primeira praça financeira *offshore*, ou seja, aceitava que seus bancos pudessem receber depósitos estrangeiros em moedas conversíveis, fora de todo o controle das trocas e com um regime fiscal favorável. Todavia, Londres perdeu lugar para aqueles enclaves menos sujeitos a leis, já que o governo inglês passou a regulamentar os bancos estrangeiros, criando em 1975 um imposto sobre o lucro desses bancos.

Com o desenvolvimento na informática e nas telecomunicações, as sucursais bancárias nos centros extraterritoriais no Terceiro Mundo ganham uma importância maior. Segundo Dollfus (1993, p. 97), “a ubiqüidade da eletrônica permite escolher, independentemente da distância, lugares de depósito de capitais, de transferências de fundos e de execução de ordens: são os paraísos fiscais que respondem a exigências bem precisas de localização”. Com efeito, em meados da década de 70, 31% do ativo das sucursais de bancos americanos encontravam-se nas ilhas de Bahamas e Cayman.

A localização destes redutos extraterritoriais é freqüentemente insular. Por outro lado, ao expandir seu território, o banco privado supranacional criava sucursais compostas apenas por um alvará, um arquivo e uma mesa. Entretanto, foi através de sua sucursal das Bahamas

que o Citibank realizou 20% dos seus empréstimos extraterritoriais, recebendo, só do Kuwait, depósitos no valor de US\$ 1,25 bilhão (*New York Times*, março de 1977, p. D5). Em 1990, as Ilhas Cayman comunicaram ao FMI um montante de depósitos mais importantes que os depósitos bancários estrangeiros nos bancos alemães. Hoje em dia, esses paraísos fiscais atendem tanto aos bancos quanto aos grandes grupos internacionais legalmente reconhecidos ou não, conforme comenta Dollfus (1993).

Cabe ressaltar que a inserção desses enclaves na rede territorial dos bancos se dá apenas em uma esfera particular da sociedade e não no seu conjunto. Não há qualquer compromisso com o desenvolvimento dessas áreas. Apenas algumas frações de poder se beneficiam. Esse fato ilustra bem as considerações de Levy (1991) sobre o *imperium* vencido pelas redes. No caso do banco supranacional sua atuação implica em criar uma rede mundial de sucursais para a reciclagem desregulamentada de eurodólares. A inclusão de cada enclave na rede não pressupõe dominá-lo, mas aproveitar-se dele enquanto convier à acumulação.

### **3. – O SUPRANACIONALISMO FINANCEIRO PRIVADO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE**

É sabido que o objetivo do capital é reduzir seu tempo de circulação. Desse modo, a fricção da distância está implícita no domínio e na apropriação do território. Para se obter um domínio *de facto* de um espaço é necessário superar as barreiras que ele apresenta: tanto os aspectos físicos quanto não físicos. Todavia, a produção do espaço, ao dar maior mobilidade ao capital, implica novas formas de relacionamento entre espaço e tempo por um grupo particular. Hoje em dia, a intensa internacionalização financeira sob a égide dos bancos supranacionais e baseada na revolução nas comunicações e na informática tem transformado as qualidades do tempo e do espaço, alterando seus modos de uso e de definição.

No contexto da economia da Terceira Onda, a circulação do capital funciona a velocidades superelevadas. Para garantir o controle de um território não contíguo e o movimento de capital, os bancos supranacionais investem em redes de comunicações e em inovações que levam a velocidade das transações em direção à instantaneidade e a fluxos contínuos. Passa-se do horário bancário para os serviços de 24 ou 30 horas (Tofler, 1993).

Os efeitos dos contínuos esforços de redução do tempo de giro do capital e de controle de um território formado por várias sucursais dispersas em vários países refletem-se na instabilidade das formas organizacionais dos bancos supranacionais. Nesse sentido, os investimentos fixos em novas instalações e equipamentos modificam-se de acordo com um particular arranjo de valores de uso dos lugares.

No tocante ao espaço, a criação de uma nova ordem monetária internacional baseada na revolução das comunicações impõe aos bancos supranacionais uma onipresença. Para tanto, organizam seus territórios em redes que reduzam as barreiras espaciais. Por outro lado, num contexto de intensificação da concorrência, os bancos aceleram o ritmo de reestruturação territorial por intermédio da desvalorização seletiva e localizada de determinados lugares e regiões que participam ou não da rede. Ou seja, a fluidez do capital-dinheiro em escala global impõe ao banco racionalizações geográficas em termos de localização de seus investimentos como parte da dinâmica da acumulação.

Nesse movimento de vaivém do capital-dinheiro inter e intra-territórios dos bancos supranacionais, o conflito geopolítico entre os poderes sociais representados pelos bancos provoca um contínuo processo de desterritorialização e reterritorialização das relações de poder em novas bases espaciais. O exemplo típico desse fenômeno em tela são as fusões e incorporações interbancárias.

De um modo geral, os bancos supranacionais apresentam cada vez mais um domínio superior do espaço e do tempo. Entretanto, vale ressaltar que a superação das barreiras espaciais e a intensa fase de compreensão do espaço-tempo não implicam necessariamente menor significado do espaço (Harvey, 1993). O aumento da competição interbancária obriga os bancos a buscarem vantagens locais no seu movimento de

ampliação e reorganização territorial, explorando as minúsculas diferenciações espaciais.

Tais qualidades espacialmente diferenciadas podem ser criadas por pessoas e forças que dominam um território de modo que o torne atrativo aos interesses dos bancos. Exemplo ilustrativo desse fenômeno são os paraísos fiscais, verdadeiros redutos extraterritoriais de sucursais de bancos supranacionais enclavados em alguns países do Terceiro Mundo.

Em linhas gerais, a sensibilidade do capital às variações do lugar tem como resultado “a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global unificado” (Harvey, 1993, p. 267).

O fim dos acordos de Bretton Woods e a passagem para um sistema global de taxas de câmbio flutuantes respondem, em parte, por esse cenário descrito por Harvey. Atualmente a moeda não se apóia exclusivamente na produção, e sim, em grande parte na especulação financeira. O efeito disso tornou os territórios que fundamentam a geração de valor mais instáveis que outrora.

No contexto da modernidade, o dinamismo dos bancos supranacionais deriva de sua capacidade de manipular os mecanismos de separação do tempo e do espaço. A própria velocidade de circulação do capital-dinheiro arranca o espaço do tempo ao fomentar relações entre lugares fantasmagóricos (Giddens, 1991). Os paraísos fiscais são atingidos por relações sociais distantes de sua natureza. Esses lugares são penetrados por influências sociais ‘invisíveis’ que agem em nível global, estruturando-os na rede territorial dos bancos através da telemática. Essas influências invisíveis são a moeda eletrônica que destacarei mais adiante.

Essa separação entre tempo e espaço e sua recombinação em novas formas territoriais é crucial para a dinâmica dos bancos supranacionais, já que possibilita um processo de desencaixe (Giddens, 1991) e de conexão do local com o global em formas anteriormente impensáveis. O desencaixe seria uma estratégia de desconectar um tipo de relação social num dado território e reestruturá-lo através de novos mecanismos de representação tempo-espaço.

No tocante à nova ordem monetária internacional, o principal tipo de desencaixe são as fichas simbólicas (Giddens, 1991, p. 30), que

“significam meios de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos que lidam com eles”. Em nosso estudo, dinheiro representa a principal ficha simbólica.

Na sociedade do Powershift (Tofler, 1993) as condições de desencaixe são enormes, já que o dinheiro tem assumido formas imateriais com as ascensões da moeda eletrônica articulada em redes de informática. Observe a ilustração da moeda eletrônica e seu poder de desencaixe evidenciados por Naisbitt (1994, p. 3):

Estou em Paris. Já é noite e preciso rapidamente de dinheiro. O banco ao qual me dirijo está fechado, é claro. Porém, fora está um caixa eletrônico. Eis o que pode acontecer graças aos computadores e às telecomunicações de alta velocidade. Insiro o cartão magnético de meu banco em Washington, D.C, e digito a minha senha e a quantia de 1.500 francos, o que equivale a aproximadamente 300 dólares. Os computadores do banco francês detectam que o cartão não é local, de modo que a minha solicitação é encaminhada ao centro de comutação intereuropeu do sistema CIRBUS, na Bélgica, que detecta não se tratar de cartão europeu. A mensagem eletrônica, então, é transmitida para o centro de comutação global, em Detroit, que reconhece referir-se ao meu banco em Washington. A solicitação chega lá e o meu banco constata que tenho mais de 300 dólares na conta e deduz esta quantia acrescida de uma taxa de um dólar e meio. Dali, ela retorna a Detroit, à Bélgica e ao caixa eletrônico do banco parisiense – que faz aparecerem 300 dólares em francos franceses. Tempo total decorrido: 16 segundos. (Write, Peter T. *National Geographic*, janeiro de 1993)

A moeda da Terceira Onda controlada pelos agentes financeiros internacionais constitui-se num meio de associar tempo e espaço à instantaneidade. Cada vez mais afastado de corporificações materiais, o capital-dinheiro que circula em poder dos bancos supranacionais torna-se uma ficha super-simbólica.

No momento em que o mundo está interligado por redes de comunicação e transporte altamente desenvolvidos, delineiam-se a utilização e o desencaixe instantâneo dos diferentes lugares. O movimento de eurodólar traduzido na moeda eletrônica, que consiste cada vez mais em pulsos eletrônicos, tem o poder de desencravar áreas e provocar a

inflexão da rede de sucursais de um banco supranacional num intenso processo de desconstrução e reconstrução do território controlado pelo banco.

Cabe acrescentar que encontram-se na dinâmica dos bancos supranacionais outros aspectos geográficos interessantes. A partir da integração finanças–telecomunicações, os fluxos de capital movimentados pelos bancos são acompanhados por um controle de diversas áreas do globo que altera o significado de lugar, principalmente com respeito à localização no tempo, dadas à volatilidade do capital financeiro e à emergência do horário de transações monetárias de 24 horas (Warf, 1989).

Por outro lado, a desregulamentação dos setores financeiros atrelada às telecomunicações elevou os níveis da volatilidade do capital e encorajou os bancos a cruzarem as fronteiras nacionais, evitando o controle governamental em seus países. O efeito disso é que a globalização financeira repercutiu no sistema urbano internacional.

De um lado, têm-se a consolidação e a integração dos pólos das finanças mundiais localizados no centro das megalópoles, apesar de elas serem diferentes umas das outras. Exemplo: Nova York, Londres e Tóquio. De outro lado, têm-se a emergência de centros secundários e a dispersão dos escritórios bancários.

Esse fato caracteriza-se por uma hierarquia urbana. Em particular, Tóquio, Londres e Nova York emergiram como cidades mundiais ligadas aos circuitos globais financeiros. À medida que os serviços de telecomunicações tornaram-se onipresentes, surgiram centros urbanos de ‘segunda ordem’ no espaço financeiro internacional. Los Angeles emerge como centro dos circuitos de capital da Costa Oeste dos EUA. São Paulo se consolida como centro básico do controle e acumulação do capitalismo global através de uma financeirização do seu espaço econômico. Hong Kong e Cingapura são agora centros financeiros do sudeste da Ásia. Bahrein serve ao Oriente Médio. Paris, Zurique e Frankfurt se firmam como pólos de finanças mundiais para as operações bancárias na Europa. Em suma, a integração finanças–telecomunicações reforçou a atratividade das principais áreas metropolitanas na paisagem financeira global.

Além disso, vale ressaltar que a internacionalização do sistema financeiro é parte de uma divisão global emergente do trabalho. As

telecomunicações reforçam as funções de sede dos principais pólos das finanças mundiais. Por outro lado, encorajam os bancos supranacionais a dispersarem seus escritórios bancários. Num movimento de terceirização, destacam algumas funções especializadas em suas sedes e realocizam-nas nos subúrbios com aluguéis menores, já que a concentração de sede de bancos supranacionais nas cidades mundiais tem, por sua vez, sido acompanhada por um processo de gentrificação interna dessas cidades. Esse processo de desintegração vertical também alcança um caráter transfronteira. A reorganização das funções bancárias especializadas de trabalho intensivo em diversas áreas metropolitanas do planeta lidera a emergência do escritório global (Warf, 1989).

Finalmente, mister faz-se esclarecer que, nos espaços de fluxos hegemônicos, o Estado deve ser enfraquecido, ou seja, deixar de ser uma barreira à ação soberana dos circuitos monetários. A fluidez e a competitividade no cenário da globalização financeira implicam a eliminação de obstáculo à circulação do dinheiro. Cria-se, nesse momento, o embate entre o Estado e o exercício da espontaneidade e da simultaneidade que resulta na fragmentação da soberania do Estado. Entretanto, o Estado possui ainda funções fundamentais no âmbito da acumulação capitalista e na questão social.

#### 4. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova Ordem Monetária Internacional tem nos bancos supranacionais, multilocalizados e multifuncionais, sua principal característica. Os banqueiros privados comandam uma rede integrada de finanças que são conduzidas fora do alcance político dos governos nacionais, saltando por cima de suas fronteiras. De acordo com Watchel (1986), deriva daí o interesse de transcender o Estado-nação e de transformá-lo em um co-agente desse processo. O papel do Estado seria "basicamente" o de garantir o direito à propriedade privada e às diferenciações espaciais necessárias à dinâmica capitalista. Acresce-se aí o controle da mão-de-obra, tecnologia e defesa do território. Vê-se, portanto, que a soberania do Príncipe continuará sendo condição inseparável das relações mercantis.

Por outro lado, a dinâmica do banco supranacional no contexto da compreensão espaço-tempo nos revelou também que a revolução nas comunicações e na informática alterou o uso e as qualidades do tempo e do espaço. Com efeito, o banco possui maior controle de seu território e rapidez no uso da informação e da circulação do dinheiro. Realiza um intenso processo de desencaixe e conexão de lugares com o global através da ficha simbólica representada pela moeda eletrônica que associa tempo e espaço à instantaneidade em formas anteriormente impensáveis.

No tocante às repercussões geográficas, cabe ainda ressaltar que um dos maiores problemas da globalização financeira comandada pelos bancos privados é a greve do capital, ou seja, a recusa à participação no processo de produção de mercadorias e a proliferação de bens de papel, estimulando o acúmulo de bens improdutivos (Watchel, 1986).

Os efeitos disso são vários. Primeiro, as fusões e incorporações entre empresas. Segundo, a desintegração vertical de caráter nacional e transfronteira, evitando os altos preços do solo urbano, pressões de sindicatos e organizações ambientais. Nesse caso, temos o estímulo à desindustrialização de países centrais e industrialização de países do Terceiro Mundo através de uma especialização sincrônica. Terceiro, gentrificação interna das cidades mundiais, etc.

Enfim, a volatilidade e a autonomia adquiridas pelo dinheiro apátrida e especulativo têm a dívida global como manifestação geopolítica desse processo de internacionalização financeira. Isso tem afetado a base do sistema capitalista: o sistema de interestado e a relação centro-periferia. Entretanto, apesar de abalar as estruturas do Estado, os novos mandarins do dinheiro – os banqueiros supranacionais –, querendo ou não, se apóiam na soberania e na permanência dos Estados.

---

## RÉSUMÉ

Cet article focalise l'action de l'un des principaux agents de l'organisation de l'espace dans le capitalisme moderne: les corporations "transnationales". Son objectif centrale est celui de démontrer les conséquences espaciales du processus de globalisation financière à partir de l'expansion de l'euro-dollar. En plus, il y a une analyse du système financière dans le contexte de la compression espace-temps.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOLLFUS, Oliver. L'espace financier et monétaire mondial. *L'Espace Géographique*, n. 2, p. 97-102, 1993.
- DUESENBERY, James E. et al. *Moedas, bancos e economia*. Rio de Janeiro: Campus 1993. 681p.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p.11-60.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. 389p.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. 194p.
- KASZMAR, Istvan Karoly. *Finanças internacionais: para bancos e indústrias*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1990. 418p.
- LEVY, Jacques. A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? *Espaces Temps*, n. 51-52, p. 102-42, 1991.
- NAISBITT, John. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 333p.
- SURVEY OF INTERNATIONAL BANKING. *Economist*. 24 mar. 1984. 10p.
- TOFLER, A. *Powershift: as mudanças do poder*. Rio de Janeiro: Record, 1993. 613p.
- WACHTEL, Howard M. *Os mandarins do dinheiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 214p.
- WARF, B. Telecommunications and the globalization of financial services. *Professional Geographer*, v. 41, n. 3, p. 257-71, 1989.